



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente
e Desenvolvimento Sustentável

Relatório de Atividades n.º 3/2023

Relativo à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável, elaborado ao abrigo do artigo 103.º do
Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

ANTE-PERÍODO LEGISLATIVO DE MARÇO DE 2023



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

RELATÓRIO DE ATIVIDADES N.º 3/2023, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS PARLAMENTARES, AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, ELABORADO AO ABRIGO DO ARTIGO 103.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES.

Capítulo I

INTRODUÇÃO

1. Constituição da Comissão

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável é atualmente constituída pelos seguintes deputados:

a) Partido Socialista (PS)

- Joana Pombo Tavares
- Francisco Coelho
- José Contente
- José Eduardo
- Valdemira Gouveia

b) Partido Social Democrata (PSD)

- Alberto Ponte
- Carlos Freitas
- Guilhermina Silva
- Marco Costa - até 16 de fevereiro de 2023
- Ricardo Vieira - a partir de 17 de fevereiro de 2023
- Sabrina Furtado



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

c) Bloco de Esquerda (BE)

- António Lima

d) Partido Popular Monárquico (PPM)

- Paulo Estêvão

e) Pessoas - Animais - Natureza (PAN)

- Pedro Neves

f) Centro Democrático Cristão - Partido Popular (CDS-PP)

- Pedro Pinto (**participa sem direito a voto**).

2. Mesa da Comissão

A Mesa da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável tem a seguinte composição:

Presidente - José Eduardo (PS)

Relatora - Joana Pombo (PS)

Secretária - Sabrina Furtado (PSD)

Capítulo II

PERÍODO DE REFERÊNCIA E REUNIÕES EFETUADAS

O presente relatório respeita ao período compreendido entre os dias 11 fevereiro e 3 de março de 2023.

No período em referência:

- A Comissão reuniu dia 23 de fevereiro de 2023, na Delegação da ALRAA em Ponta Delgada, e com recurso ao sistema de videoconferência.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Dia 23 de fevereiro de 2023

1. Audições no âmbito do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 77/XII (PAN) – “Transição para a utilização de pirotecnia silenciosa ou de reduzida intensidade sonora”:
 - Associação Portuguesa dos Industriais de Pirotecnia e Explosivos – APIPE; - Não se realizou
 - Associação Nacional de Empresas de Produtos Explosivos – ANEPE, Eng.º Pedro Gonçalves.
2. Audição do Vice-Presidente da associação de Municípios da Região autónoma dos Açores, Dr. Alexandre Gaudêncio, no âmbito da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 50/XII – “Aprova o Programa Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores 20+ (PEPGRA 20+)”;
3. Anteproposta de Lei n.º 15/XII – “Primeira alteração à Lei n.º 95/2021, de 29 de dezembro, que regula a utilização e o acesso pelas forças e serviços de segurança e pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil a sistemas de vigilância para captação, gravação e tratamento de imagem e som”:
 - 3.1 – Apreciação e emissão de parecer.
4. Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 49/XII – “Procede à desafetação do domínio público marítimo, por motivos de interesse público, da parcela de terreno onde se encontram implantadas as ruínas do Forte de São João Baptista da Praia Formosa, situado na freguesia de Almagreira, concelho de Vila do Porto, ilha de Santa Maria”:
 - 4.1- Apreciação e emissão de parecer.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

5. Apreciação e emissão de parecer relativo à solicitação do Tribunal Judicial da Comarca dos Açores, Juízo de Competência Genérica de São Roque do Pico, referente a pedido de autorização para testemunho do Deputado Marco José Freitas da Costa;
6. Outros Assuntos.

Capítulo III/

TRABALHOS REALIZADOS

No período em referência a Comissão procedeu à emissão de Relatório e Parecer sobre:

1. Relatório e Parecer sobre a Audição n.º 110/XII - “Projeto de Decreto-Lei que institui o mercado voluntário de carbono e estabelece as regras para o seu funcionamento MAAC - (Reg. DL 25/XXIII/2023)”;
2. Relatório e Parecer sobre a Audição n.º 175/XII - “Projeto de Lei n.º 517/XV/1.ª - Altera a Lei Eleitoral para a Assembleia da República, reduzindo para 10 o número de círculos eleitorais e criando um círculo eleitoral da emigração e um círculo nacional de compensação”;
3. Relatório e Parecer sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o Deputado Marco José Freitas da Costa, possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito da ação Esp. Cump. Obri. DL269/98 - 44770/22.5YIPRT;
4. Relatório e parecer sobre a Anteproposta de Lei n.º 15/XII - “Primeira alteração à Lei n.º 95/2021, de 29 de dezembro, que regula a utilização e o acesso pelas forças e serviços de segurança e pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil a sistemas de vigilância para captação, gravação e tratamento de imagem e som”;
5. Relatório e parecer sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 49/XII - “Procede à desafetação do domínio público marítimo, por motivos de interesse



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

público, da parcela de terreno onde se encontram implantadas as ruínas do Forte de São João Baptista da Praia Formosa, situado na freguesia de Almagreira, concelho de Vila do Porto, ilha de Santa Maria”;

6. Relatório e parecer sobre a Audição n.º 174/XII – “Projeto de Lei n.º 518/XV/1 (PAN)- Altera diversos diplomas, alargando o direito de voto antecipado no âmbito das eleições para os órgãos das autarquias locais e melhorando o processo eleitoral nos círculos da emigração no âmbito das eleições para a Assembleia da República”;
7. Relatório e parecer sobre a Audição n.º 106/XII – “Projeto de Decreto-Lei que clarifica o regime de avaliação ambiental aplicável aos planos de afetação – MEM - (Reg. DL 32/XXIII/2023)”.

Capítulo IV

TRABALHOS PENDENTES

Estão pendentes, à data do presente relatório, aguardando a conclusão de diligências e a apreciação em Comissão, as seguintes iniciativas:

1. Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 77/XII – “Transição para a utilização de pirotecnia silenciosa ou de reduzida intensidade sonora”;
2. Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 50/XII – “Aprova o Programa Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores 20+ (PEPGRA 20+)”;
3. Petição n.º 49/XII – “Moratória à mineração no mar dos Açores” - Ana Catarina Pateiro Matias;
4. Audição n.º 112/XII – “Projeto de Decreto-Lei que aprova o regime jurídico do cadastro predial, estabelece o Sistema Nacional de Informação Cadastral e a Carta Cadastral como registo único e universal de prédios em regime de cadastro predial MCT - (Reg. DL 420/XXIII/2022)”;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

5. Audição n.º 184/XII - “Projeto de Lei n.º 583/XV (L) - Cria uma Comissão Nacional para Debates Eleitorais e altera a Lei da cobertura eleitoral”;
1. Audição n.º 181/XII - “Projeto de Lei n.º 581/XV (L) - Revê as leis eleitorais, alargando o leque de inelegibilidades para a Assembleia da República; consagrando um círculo nacional de compensação; alargando o período de campanha eleitoral e o voto por correspondência às eleições para a Presidência da República e estabelecendo regras relacionadas com os debates televisivos, a remoção da propaganda eleitoral e a possibilidade de missões internacionais de observadores”;
2. Audição n.º 180/XII - “Projeto de Lei n.º 582/XV (L) - Consagra um prazo para remoção da propaganda eleitoral e determina que a sua violação constitui contraordenação, alterando a Lei n.º 97/88, de 17 de agosto, na sua redação atual”;
3. Audição n.º 179/XII - “Projeto de Lei n.º 560/XV (PSD) - Consagra a possibilidade de opção pelo voto por correspondência, em alternativa ao voto presencial, aos eleitores residentes no estrangeiro nas eleições presidenciais e nas eleições europeias, procedendo à vigésima terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 319-A/76, de 3 de maio, que regulamenta a eleição do Presidente da República, à sexta alteração à Lei n.º 14/87, de 29 de abril, que aprova a lei eleitoral para o Parlamento Europeu, e à sétima alteração ao regime jurídico do recenseamento eleitoral, aprovado pela Lei n.º 13/99, de 22 de março, e assegura a implementação, nas próximas eleições europeias, de um projeto-piloto não vinculativo de voto eletrónico não presencial destinado aos eleitores residentes no estrangeiro”;
4. Audição n.º 178/XII - “Projeto de Lei n.º 563/XV (BE) - Altera o regime geral de proteção de denunciadores de infrações, que transpõe a Diretiva (UE) 2019/1937 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2019, relativa à proteção das pessoas que denunciam violações do direito da União”.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento
Sustentável

Vila do Porto, 3 de março de 2023

A Relatora

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Joana Pombo Tavares'.

Joana Pombo Tavares

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente,

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'José Eduardo'.

José Eduardo